



## O CARÁTER PÚBLICO DA COMUNICAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DAS RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS PÚBLICAS

Rafael MEDEIROS<sup>1</sup>  
Nísio TEIXEIRA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho se desdobra de uma pesquisa que analisou as programações das rádios UFMG Educativa e UFOP Educativa com o objetivo de identificar as características dos modelos de programação das rádios universitárias públicas. A programação das rádios educativas vem sendo construída desde o início da radiodifusão no Brasil, considerando que as emissoras pioneiras já tinham uma visão de que a radiodifusão deveria ser propagadora de educação e cultura. As emissoras vinculadas a universidades federais têm uma história de mais de 60 anos e constituem um universo representativo de 28 rádios que, enquanto públicas e educativas, incorporam as características dessa construção e adicionam seus aspectos próprios, que as particularizam dentro do universo das rádios públicas: o espaço universitário (plural, democrático e abrangente), a divulgação da produção universitária, refletindo seu lugar privilegiado para divulgação científica, e a noção de que são espaços de formação complementar. Esses aspectos são fundantes para a constituição dos modelos de programação e de produção de conteúdo das rádios universitárias públicas. Assim, a proposta é articular esses aspectos característicos com a noção precípua de que as emissoras devem se orientar também pela percepção de seu caráter público e a partir dessa confluência estabelecer suas programações.

**Palavras-chave:** rádios universitárias; comunicação pública; programação radiofônica.

### THE PUBLIC CHARACTER OF COMMUNICATION IN THE CONSTITUTION OF PUBLIC UNIVERSITY RADIO PROGRAMMING

**Astract:** This paper analyses the schedules of UFMG Educativa and UFOP Educativa radios in order to identify the aspects of public university radio programming models. The programming of educational public radios has been built since the beginning of broadcasting in Brazil, considering that the pioneer broadcasters already had a view that it should propagate education and culture. Broadcasters linked to federal universities have an over 60 years of history and constitute a representative universe of 28 radios which features of this construction and add its own aspects, which distinguishes them in the public radio world: the university space (plural, democratic and inclusive), the propagation of university production, reflecting its privileged place for scientific dissemination, and the notion of being spaces for complementary qualification. These aspects are fundamental for the constitution of programming models and content production of public university radios. Thus, the proposal is to articulate these aspects with the basic notion that broadcasters should also be guided by the perception of their public character and establish their schedules from that confluence.

**Keywords:** university radios; public communication; radio programming.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana - MG, Brasil. E-mail: rfmedeiros13@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto vinculado ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, Brasil. E-mail: nisiotei@gmail.com



### **Introdução**

Para a compreensão do caráter público das emissoras universitárias é preciso primeiramente definir o viés do entendimento desse conceito que é amplo e muitas vezes usado de forma equivocada para se referir às lógicas comunicacionais. No Glossário da Comunicação Pública, Duarte e Veras (2006) apontam cinco abordagens principais acerca do entendimento do conceito de comunicação pública: praticada na esfera pública; realizada pelo Terceiro Setor; realizada por meio da radiodifusão pública; praticada pelo setor público e realizada pelo próprio Governo.

Interessa especialmente no âmbito do presente trabalho a definição que trata a comunicação pública como aquela realizada por meio de radiodifusão pública, entendida como um

resultado do movimento de democratização ocorrido durante a década de 80 e surgiu com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que instituiu, mesmo que implicitamente, três sistemas complementares de serviços de radiodifusão, quais sejam o privado, o público e o estatal (art. 23 da CF/88). (DUARTE e VERAS, 2006, p. 11)

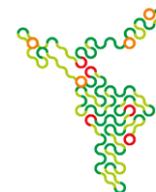
Ao apresentar a radiodifusão pública como um sistema público, os autores concordam com a argumentação de Tomaz Jr. (2004), considerando que

por ‘sistema público’ entende-se não as instituições do ‘setor público’, que se confunde com o estatal, mas sim os espaços e organizações geridos de forma ‘pública’: coletiva, transparente, em observância de princípios democráticos de participação e de controle social. Obviamente, o tipo de conteúdos, a natureza da organização, entre outros elementos, como a propriedade, também compõem o mosaico de itens que serve para denotar o caráter público aqui referido (TOMAZ JR., 2004)

Os estudos mais recentes acerca da comunicação pública no Brasil concordam que essa é uma temática ainda em construção, muito porque a legislação sobre comunicação é bastante defasada no país e os entendimentos sobre o conceito são amplos e múltiplos. De acordo com Guerreiro (2016, p. 38), esses estudos

envolvem tanto a ideia de que a comunicação pública manifesta-se por meio da relação entre Estado e cidadãos, incluindo sujeitos institucionais, quanto o posicionamento que defende a comunicação pública como realização do interesse da sociedade, independentemente dos sujeitos serem atores privados ou públicos. (GUERREIRO, 2016, p. 38)

Mesmo diante da dicotomia entre a possibilidade de se ter uma comunicação de interesse público independente, mas financiada por esferas governamentais, como é a realidade das emissoras não comerciais no Brasil, a discussão deve ser trazida para além dos atores e vinculações, mas levando em conta também que “as tentativas de definição da comunicação pública passam pela definição do caráter de público, dos cenários e princípios em que essa comunicação estabelece-se” (GUERREIRO,



2016, p. 39).

Nesse sentido, vale citar a abordagem de Hannah Arendt (2007) que considera público aquilo que está acessível a todos, em sentido social amplo, mas também aplicável à comunicação no que tange à sua contribuição para a formação de uma arena que reflete a vida social. Ainda no mesmo sentido, Pablo Kossa coloca que “a comunicação pública teria como objetivo promover o debate do que é de interesse público dentro da esfera pública, como um referencial qualitativo diante da lógica do quantitativo” (KOSSA, 2010, p.34).

Para Duarte (2007), o conceito de comunicação pública tem origem no seu entendimento enquanto comunicação governamental e apenas a partir da década de 1980 começa a ser considerado com outras definições, através de “conceitos como cidadania, democratização, participação, diálogo, interesse público”. (DUARTE, 2007, p. 1).

Ao falar das mudanças que o conceito de caráter público vem passando, Jesús Martín-Barbero (2002), tece uma crítica ao espaço público latinoamericano que “historicamente era confundido com – ou submerso no – estatal” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 49). No Brasil, a construção da mídia pública enfrenta essa mesma dicotomia entre o caráter público e o estatal, uma fronteira que leva em conta questões de financiamento e gestão que acompanham argumentos referentes a aspectos de construção da programação que essas emissoras se propõem a veicular e ao interesse do estado no tipo de conteúdo que é veiculado. Para elucidar a questão e propor uma perspectiva que entenda o espaço público e a comunicação pública para além do Estado, Martín-Barbero recorre a Germán Rey (1998) que

explicitou e desenvolveu essa articulação, que funde caráter público com *interesse comum*, *espaço cidadão* e *interação comunicativa*: circulação de interesses e discursos em plural, já que o que têm em comum não nega absolutamente o que têm de heterogêneos; pois é isso que permite o reconhecimento da diversidade da qual é feita a *opinião pública*, o seu contraste. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 50, grifos do autor)

Nesse sentido, é possível e oportuno desabonar o entendimento de comunicação de caráter público como comunicação feita pelo governo ou manipulada por ele. A comunicação pública é entendida aqui como comunicação de interesse público, de interesse do comum, da sociedade, do plural, em detrimento de um modelo de comunicação que parte verticalmente de um comando (estatal, por exemplo) em uma lógica ultrapassada que privilegia poucas vozes.

Essa pesquisa, referenciando nos seus objetos empíricos - as programações da Rádio UFMG



Educativa e da Rádio UFOP Educativa -, abarca o entendimento de que a comunicação pública se realiza no interesse da sociedade, e que esse interesse social, interesse público, deve ser, portanto, determinante para as configurações das programações e linguagens das emissoras de caráter público.

### ***A noção de caráter público na comunicação***

Pensando na natureza pública da comunicação, o conceito de emissora pública se constitui a partir de três pré-requisitos que foram sintetizados por Eugênio Bucci (2010), a saber: a **natureza jurídica da instituição**, o **financiamento** e a **gestão**.

Por mais redundante que possa parecer, para Bucci a natureza jurídica de uma emissora pública especificamente não pode ser de propriedade particular, embora muitas estejam ligadas a fundações e organizações não governamentais. Nesse eixo observado pelo autor, é precípuo que a instituição não seja comercial, não objetive o lucro e não esteja submetida a intervenções do governo. Mesmo quando estatais, a gestão das emissoras deve ser autônoma ao poder do governo a que se vincula.

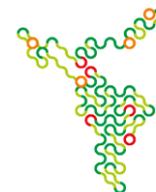
O segundo pré-requisito para que uma emissora se constitua pública é que seu financiamento também seja de caráter público, ou seja, mesmo que vindo de fundos privados ou governamentais, o financiamento não deve comprometer a independência da emissora.

O que mais conta, aqui, é que a origem do dinheiro não se reflita, nem mesmo indiretamente, na orientação editorial da emissora, para que interesses particulares não exerçam pressão sobre a definição da pauta jornalística e da programação em geral. Para ser pública, o pré-requisito do financiamento de caráter público precisa ser atendido, desvinculado de pressões oriundas do Estado ou do mercado. (BUCCI, 2010, p. 11).

Os dois eixos já citados não se estabelecem sem a observação do terceiro pré-requisito apresentado por Bucci (2010), de que “o que define o caráter verdadeiramente público de uma emissora de radiodifusão é a gestão independente”, ou seja, uma emissora que se autoproclama pública não deve se sujeitar a pressões institucionais, políticas e até mesmo à busca por audiência que é própria das emissoras comerciais.

Apenas a partir da observância desses pré-requisitos é possível pensar em uma programação de caráter público. Esses pressupostos são

a condição prévia para que a entidade esteja preparada para pensar, conceber, planejar, produzir e pôr no ar uma programação de caráter verdadeiramente público. No caso



brasileiro, [...] o problema não está na avaliação da grade ou dos programas exibidos, mas justamente incide sobre tais pré-requisitos. (BUCCI, 2010, p. 12)

No entendimento de Zuculoto (2012), mais que por nomenclatura ou força da lei, a radiodifusão pública se constitui como tal sobretudo a partir da programação que veicula. A autora também concorda que é através dos seus modelos de programação que rádios não comerciais, sejam elas educativas, culturais, estatais ou universitárias, passaram a se autoproclamar públicas e se encaixar nesse perfil.

As emissoras universitárias carregam algumas particularidades na constituição de suas programações também no que tange a aspectos dos eixos trazidos por Bucci como pré-requisitos de uma emissora pública, mas vão além desses aspectos a partir da verificação do próprio espaço da universidade e dos traços que ligam o espaço público - coletivo e democrático - às associações trazidas pelo autor.

### *Aspectos característicos dos modelos de programação das rádios universitárias públicas*

A construção da programação de uma rádio se orienta por diversos critérios que formatarão as características da emissora. Esses critérios tendem a moldar o lugar onde a emissora se posiciona dentro do sistema de radiodifusão e no caso das rádios universitárias esse lugar é concebido pela própria configuração do espaço da universidade, como explicitado acima, e de maneira muito contundente pela relação com seu público. Martí entende que

[...] a programação também pode ser definida como uma arte que reúne os programas e os públicos a que são destinados, o que supõe que se coloque em prática uma técnica de duas articulações: a dos tempos de emissão com a dos tempos sociais [...]. (MARTÍ<sup>1</sup> apud ZUCULOTO, 2012, p. 46, tradução nossa)<sup>2</sup>

Essa combinação entre programação, influência interna e de público leva em conta também as particularidades de produção do conteúdo que é veiculado. No caso das rádios universitárias ainda há uma preocupação com seu caráter educativo e para potencializar distintas vozes internas da universidade. As estratégias de programação de uma emissora levam em conta os tipos de gêneros e

---

<sup>1</sup> MARTÍ, Josep Maria. La programación radiofónica. In: MARTÍNEZ-COSTA, M<sup>a</sup> Pilar y MORENO MORENO, Elsa. Programación radiofónica – Arte y Técnica Del diálogo entre la radio y su audiencia. Barcelona: Ariel, 2004.

<sup>2</sup> [...] la programación también puede ser definida como un arte de encuentro entre los programas y los públicos a los que van destinados, lo que supone la puesta en práctica de una técnica de doble articulación: la de los tiempos de emisión con la de los tiempos sociales; [...].



programação veiculada que estão ligados ao serviço que as rádios se destinam a prestar. Sandra de Deus (2003), a partir de observação de Herrera Huérfano (2001), verifica que

a função social de uma rádio universitária é oferecer uma produção que cubra a maior parte dos setores da população. Isso não significa somente que deve atingir o maior número de ouvintes, mas oferecer uma programação que corresponda aos interesses de diferentes setores da população. [...] Significa que as rádios universitárias públicas não podem estar voltadas à divulgação de uma só forma de expressão, cultura, arte ou pensamento, mas sim, especialmente, a todas aquelas que os modelos de radiodifusão comercial ignoram. (DEUS, 2003, p. 310-311)

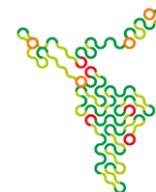
A programação das rádios públicas educativas vem sendo construída desde o início da radiodifusão no Brasil. As rádios das universidades federais, como públicas e educativas, incorporam as características dessa construção e adicionam seus aspectos próprios, que as particularizam dentro do universo das rádios públicas: o **espaço universitário** (plural, democrático e abrangente), a **divulgação da produção universitária** e a **rádio como espaço de formação complementar**. Esses aspectos são fundantes para a constituição dos modelos de programação e de produção de conteúdo das rádios universitárias públicas. O estudo de Sandra de Deus (2005), referenciado nas experiências latinoamericanas, também considera que os parâmetros para pensar as rádios das universidades federais brasileiras precisam estar de acordo com os aspectos mencionados.

O aspecto que leva em conta as peculiaridades do espaço das universidades públicas como característica própria que orienta uma programação de caráter público, plural e abrangente nas rádios universitárias é colocado por Herrera Huérfano (2001, p. 66-67) como uma noção necessária para o cumprimento de uma função sociocultural da radiodifusão como serviço público. Esse aspecto é colocado aqui como parte integrante do espaço universitário público onde as emissoras estão inseridas, e, “desse modo, uma das primeiras características das emissoras universitárias públicas é o reconhecimento da pluralidade cultural através de espaços destinados para diferentes públicos”. (DEUS, 2005, p. 91).

A noção das funções da radiodifusão universitária passa pelas próprias características da universidade, que por sua natureza é um local de “[...] convergência multicultural [...] [que] deve se estabelecer como um lugar de estudo e difusão de diferentes manifestações sociais e culturais [e que] deve ser o centro e espaço de processos de participação e democracia” (HERRERA HUÉRFANO, 2001, p. 64, tradução nossa)<sup>3</sup>. A noção de público (também tangente a espaço), referenciada

---

<sup>3</sup> [...] convergencia multicultural [...] debe establecerse como un sitio de estudio y difusión de las diferentes



anteriormente por Hannah Arendt, está atrelada a essas características.

As rádios universitárias devem ter a perspectiva do espaço singular em que estão inseridas e a partir dele pensar um modelo de programação – e não o contrário – plural e abrangente. Herrera Huérfano faz a ligação entre a radiodifusão pública universitária, o espaço e essa concepção de caráter público das emissoras:

Pensar em diferentes públicos e, sobretudo, nestes como grupos capazes de se desenvolverem e crescer implica assumir, a partir da produção radiofônica, o objetivo de informar, educar (mais que simplesmente entreter) e assumir um sistema de radiodifusão como serviço de interesse público. (HERRERA HUÉRFANO, 2001, p. 66, tradução nossa)<sup>4</sup>

O segundo aspecto verificado como característico das emissoras públicas universitárias é o papel delas como rádio-laboratório. Nos poucos estudos sobre a radiodifusão universitária, essa noção de rádio como laboratório é apontada levando em conta a possibilidade do uso da emissora pelos alunos da universidade como um espaço complementar ao da sala de aula. Essa função das emissoras servindo experimentalmente para atividades didáticas vem desde as primeiras rádios universitárias. Sandra de Deus (2003), considera que esse aspecto é importante função das rádios universitárias porque

é na atividade laboratorial desenvolvida na emissora de rádio da universidade que os estudantes ultrapassam os estreitos espaços da sala de aula e da avaliação do professor. Aprendem que no rádio não existem espaços em branco, frases recheadas de adjetivos e que a mensagem radiofônica é fruto de um excelente conhecimento da língua, da agilidade na interpretação do fato e no rigor da pesquisa jornalística. Acabam por dividir com a sociedade o seu fazer e a sua avaliação. (DEUS, 2003, p. 312)

Para além dos estudantes de comunicação de maneira estrita, as rádios universitárias podem servir de laboratório para a comunidade acadêmica de maneira geral, uma vez que, conforme será explicitado adiante, essas emissoras abarcam produções de professores e servidores dos mais diversos núcleos das universidades e até mesmo da comunidade externa, considerando que essas atividades colaborativas desempenhadas no âmbito das rádios universitárias contribuem para a construção do conhecimento e experimentação. Ou seja, são laboratórios para experimentação do que é ensinado das salas de aula, mas também são pontos de partida para o aprendizado.

---

manifestaciones sociales y culturales, debe ser centro y espacio de procesos de participación y democracia.

<sup>4</sup> Pensar en diferentes públicos y, sobre todo, en éstos como grupos capaces de desarrollarse y crecer implica asumir, desde la producción de radio, el objetivo de informar, educar (más que el de simplemente entretener) y asumir un sistema de radiodifusión como servicio de interés público.



No entendimento de Kempf (2003), citada por Sandra de Deus (2003), o aspecto das rádios universitárias como espaços de formação complementar beneficia os estudantes, mas também as próprias emissoras:

A liberdade de experimentar novos formatos, de inovar quanto ao conteúdo da programação, beneficia a formação de uma rádio diferente das comerciais e, ao mesmo tempo, desenvolve nos estudantes, conhecimento e criatividade para a realização da futura atividade profissional (KEMPF<sup>5</sup> apud DEUS, 2003, p. 314)

Nesse mesmo sentido, o ex-diretor da Rádio UFMG Educativa, Elias Santos, leva em conta as experiências de formação complementar na emissora para pontuar que para que elas cumpram seu papel, as emissoras não podem “trabalhar só com o experimentalismo, os alunos devem conhecer as particularidades do rádio”. (SANTOS, 2014, p. 15).

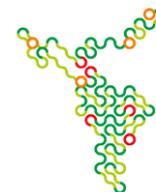
Partindo de algumas experiências da Rádio UFOP Educativa e da Rádio UFMG Educativa, nessa pesquisa a compreensão da função das rádios universitárias como laboratórios abarca a noção de prolongamento das salas de aula, mas expande o entendimento como possibilidade de experimentação e aprendizado não só para os estudantes, levando em conta a abertura das emissoras a iniciativas externas e extensionistas. Nas duas emissoras existem colaborações vindas da comunidade externa, de coletivos desvinculados das universidades que adquiriram conhecimento radiofônico a partir da experiência nas rádios. Esse entendimento é bastante híbrido com aspecto do espaço universitário público no sentido de dar espaço a diferentes vozes, de democratizar o espaço.

O coordenador de jornalismo da Rádio UFOP Educativa, Gláucio Santos (2017), também considera que o aspecto de formação complementar abrange o estagiário em suas relações com as atividades acadêmicas, mas também é um processo sistemático que abrange os colaboradores externos, os professores e funcionários que colaboram com a rádio e que recebem instruções técnicas sobre os procedimentos de produção em radiodifusão.

Embora a divulgação científica esteja presente no jornalismo de forma geral, é preciso destacar aqui a condição privilegiada das rádios universitárias no sentido de proximidade com a produção científica e assim a possibilidade de explorar o conteúdo e decodificar de maneira mais correta e responsável a informação técnica que será transmitida ao ouvinte.

---

<sup>5</sup> KEMPF, Helena de Oliveira. Rádio Universitária Pública: reflexão sobre sua função. 2003. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação)- Curso de Jornalismo, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, mar. 2003. Não publicado.



Os estudos sobre divulgação científica de maneira geral mostram uma evolução das iniciativas seguindo o próprio avanço da ciência e também a partir da observação da importância de popularizar a ciência para um público mais diverso e heterogêneo possível. Esse aspecto dentro da universidade (não só nas rádios) tem um sentido limítrofe entre divulgação institucional e serviço público.

Para Bueno (2010),

a divulgação científica cumpre função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica. Contribui, portanto, para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho, a exemplo de transgênicos, células tronco, mudanças climáticas, energias renováveis e outros itens. (BUENO, 2010, p. 5)

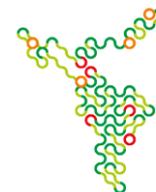
Através da divulgação científica, as rádios universitárias públicas conseguem aproximar um dos aspectos mais restritos da universidade (seja pela falta de acesso ou pela dificuldade de entendimento) ao público geral. Essa aproximação ganha em importância ao verificarmos o acercamento entre as pesquisas realizadas nas universidades e a vida cotidiana da população. Nesse sentido, levando em conta também o alcance do rádio, a programação das emissoras universitárias públicas é importante vetor para a divulgação do conhecimento produzido no âmbito da universidade e tem capacidade de

contribuir com a melhor qualidade de vida e estimular a cidadania nos seus radiouvintes. Estimular a cidadania significa, aqui, colocar em prática, na rádio universitária, programação que gere transformação social, mediante divulgação científica capaz de formar conscientemente a opinião do público da emissora. (ASSUMPÇÃO, 2004, p. 6)

Esse aspecto, portanto, está diretamente ligado com várias características inerentes a universidades públicas como espaços democráticos de estímulo à cidadania e que geram transformação social de diferentes maneiras, referenciando assim à primeira particularidade evidenciada nesse tópico como característica dos modelos de programação e produção de conteúdo nas rádios universitárias federais.

### ***Considerações finais***

As abordagens acerca da comunicação pública no Brasil possibilitam o entendimento de que as emissoras não comerciais demarcam seus lugares enquanto rádios de caráter público a partir da programação que veiculam. A partir dos eixos preponderantes observados por Eugênio Bucci (2010) para a existência de uma emissora pública, é possível pensar a aderência das rádios universitárias



nessa configuração, porém é preciso considerar os aspectos observados pela análise que particularizam as emissoras universitárias.

Através da pesquisa com foco nos modelos de programação da Rádio UFMG Educativa e UFOP Educativa foi possível encontrar três eixos comuns particularizantes das programações das rádios universitárias, considerando que a essência do próprio espaço universitário exerce influência sobre as formas de produção e organização da programação, levando em conta que essas emissoras têm lugar privilegiado para difusão do conhecimento científico e também avaliando o caráter delas enquanto laboratórios de experimentação para formação complementar dos discentes da universidade e dos colaboradores de segmentos diversos que produzem conteúdo para as rádios.

A partir desses três eixos se percebe que as emissoras vinculadas a universidades públicas têm a visão sistêmica das suas funções enquanto educativas, universitárias e de caráter público. Enquanto públicas essas emissoras têm amplitude do seu papel para as discussões coletivas locais, para a lógica da democratização da informação e observando os princípios de participação social, mais que puramente por suas vinculações institucionais ou formas gestonárias. O lugar dessas rádios enquanto universitárias privilegia a divulgação de cultura e conhecimento científico que é produzido dentro das próprias universidades, além de potencializar as possibilidades de que suas programações sejam heterogêneas, diversas e abrangentes, com a noção de coletividade que é muito próxima ao espaço universitário.

### **Referências**

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro:

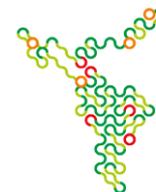
Forense Universitária, 2007.

ASSUMPÇÃO, Zeneida Alves de. Rádio universitária e divulgação científica: que espaço para a divulgação da saúde pública?. In: **COMSAUDE** 2004. São Paulo. VI Conferência Brasileira de Comunicação e Saúde. Brasília: Anvisa, 2004. v. 11. p. 155-163.

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? In: **Novos Estudos**. CEBRAP, 2010, n. 88, p. 05-18. Disponível em:

<[http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/2777/art\\_BUCCI\\_E\\_possivel\\_fazer\\_televisao\\_publica\\_no\\_Brasil\\_2010.pdf](http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/2777/art_BUCCI_E_possivel_fazer_televisao_publica_no_Brasil_2010.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2018.

DEUS, Sandra de Fatima Batista de. Rádios Universitárias públicas: compromisso com a sociedade e com a informação. In: **Em Questão**. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 327-338, jul./dez. 2003.



Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/viewFile/77/37>>. Acesso em: 16 maio 2018.

DEUS, Sandra de Fatima Batista de. O papel das rádios universitárias públicas na extensão universitária. In: VIII Congresso ibero-americano de extensão universitária, 2005, Rio de Janeiro. **Navegar é preciso... transformar é possível**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 91-96.

DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**. São Paulo: Atlas, 2007.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciara (Org). **Glossário de Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

GUERREIRO, Soane Costa. **TV Brasil e a Rede Pública de Televisão: Uma trajetória de dependência**. 2016. 180 fl. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/21525/1/2016\\_SoaneCostaGuerreiro.pdf](http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/21525/1/2016_SoaneCostaGuerreiro.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2017.

HERRERA HUÉRFANO, Eliana del Rosário. Apuntes para pensar la producción radial desde la academia. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, n. 38, p. 64-71, 2001.

KOSSA, Pablo. **Caminhos para a comunicação pública: a rádio universitária como estudo de caso**. 2010. 125 fl. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. Chaves do debate: televisão pública, televisão cultural – entre a renovação e a invenção. IN: RINCÓN, Omar. (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação, 2002, p. 41-79.

SANTOS, Elias. Rádio UFMG Educativa: origem, desafios e perspectivas. In: **Rádio em Revista**. Departamento de Comunicação Social/ FAFICH – UFMG. Belo Horizonte, 2014, v.10, p. 8-16.

SANTOS, Gláucio. **Entrevista: Gláucio Santos**. Entrevista concedida a Rafael Medeiros em 24 de outubro de 2017. Ouro Preto, 2017.

TOMAZ JR. Rogério. Conferência Nacional das Comunicações: pelo reforço da comunicação pública. **Informativo Sete Pontos**, ano 2, número 15, julho de 2004.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação das rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.